Opinião Socialista

PSTU

Ano XIII - Edição 386 - Colaboração: R$ 2 - De 27/08 a 03/09/2009 - www.pstu.org.br

O DRAMA DE QUEM NÃO TEM ONDE MORAR

"MINHA CASA, MINHA VIDA" NÃO RESOLVE A FALTA DE 7 MILHÕES DE CASAS

PSOL: UM CONGRESSO MARCADO PELA CRISE

PÁGINA 4

GLOBO X RECORD: O QUE HÁ POR TRÁS DA DISPUTA?

PÁGINA 5

LULA COMANDA ACORDÃO PARA SALVAR SARNEY

PÁG...

CHAPÃO – Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT e pivô do mensalão, deve fazer parte da chapa de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, na candidatura ao governo de Goiás.

PREVISÃO – O desemprego na América Latina deve chegar a 9,5% em 2009, segundo o BID. É uma das consequências da crise econômica mundial na região.

CPI DA DÍVIDA

Foi instalada no Congresso uma CPI para apurar a dívida pública brasileira. A comissão deverá investigar as gestões do PSDB, do ex-presidente FHC, e do PT, do presidente Lula, segundo o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), autor do requerimento. Dados da Auditoria Cidadã da Dívida mostram que entre 1995 a 2008 os governos pagaram R$ 1,8 trilhão em juros e amortizações das dívidas. Mas a dívida interna só cresceu nesse período, saltando de R$ 61 bilhões para R$ 1,68 trilhão. Em 2008, o governo gastou R$ 282 bilhões com juros e amortizações da dívida pública. O que representa 30,5% da arrecadação tributária, segundo Valente.

PÉROLA

"O PT jogou a ética no lixo; já o senador Arthur Virgilio é um batalhador para que este país seja melhor"

SENADOR FLÁVIO ARNS, que saiu do PT. O "batalhador" Arthur Virgilio foi o principal protagonista do acordão feito entre PT e PSDB para salvar Sarney. (O Globo, 20/08)

DOAÇÕES

Segundo um relatório da ONU, os bancos receberam nove vezes mais dinheiro dos países ricos do que o total doado em 50 anos às nações pobres. O resultado refere-se a 2008, ano em que explodiu a crise financeira nos países imperialistas. Cerca de R$ 4 bilhões foram doados pelos países ricos às nações pobres e miseráveis. Já os bancos ganharam R$ 35 bilhões para se salvarem da falência.

CHARGE / AMÂNCIO

PRIVATIZAÇÃO EM BELÉM

Manifestantes protestaram na Câmara Municipal de Belém no último dia 19 contra a privatização do sistema de abastecimento de água e esgoto da cidade. A manifestação foi reprimida por um grupo de pessoas ligadas à prefeitura e da base aliada do prefeito Duciomar Costa (PTB). O projeto enfrenta grande oposição porque visa entregar um dos mais importantes recursos naturais da Amazônia para os empresários. A prefeitura impede deliberadamente mais investimentos no setor. Nos bairros do Paracuri III, Central Parque e Guará, os moradores estão sem água potável para suprir suas necessidades diárias.

MULHERES NEGRAS

As mulheres negras recebem menos que a metade do salário dos homens brancos em trabalhos formais. A informação é da Relação Anual de Informação Social (Rais), ligada ao Ministério do Trabalho. Enquanto a mulher negra ganha em média R$ 790, o homem branco ultrapassa os R$ 1.600. Como se não bastasse, o racismo contra a mulher negra gera um enorme desemprego no mercado formal. Para cada mulher negra no mercado de trabalho, existem 15 mulheres brancas empregadas. Em comparação com os homens, os números são de 24 homens brancos empregados para cada mulher negra.

LUCROS E DEMISSÕES

Mais uma vez, a política econômica do governo Lula rendeu aos bancos lucros de mais de R$ 14 bilhões. Esse foi o resultado do primeiro semestre de 2009, segundo a agência Economática, ainda marcado pela crise mundial. Por falar em crise, segundo uma pesquisa do Dieese em parceria com a Contraf, os bancos fecharam mais de 1.300 postos de trabalho nos três primeiros meses de 2009. Eles demitiram os funcionários que ganhavam cerca de R$ 4 mil. No lugar, contrataram outros trabalhadores pagando salários mais baixos, em media de R$ 1,7 mil.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 · Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 · Saúde · São Paulo · SP · CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues e Victor Pontes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br · www.pstu.org.br/assinaturas

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS
MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1° andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ
MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS
MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
(92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA
SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*

CEARÁ
FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.

DISTRITO FEDERAL
BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

GOIÁS
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1° and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126

MARANHÃO
SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO
CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144

MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736

PARÁ
BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA
JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ
CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)

PERNAMBUCO
RECIFE - Rua Monte Castelo, 195
Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ
TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja

RIO GRANDE DO NORTE
NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558

RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409

SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*

SÃO PAULO
SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604

SERGIPE
ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

Veja todas as sedes em www.pstu.org.br

PRIMEIROS MOVIMENTOS

O segundo semestre vem demonstrando que o jogo político está cada vez mais complicado para o governo Lula. Ele segue contando com o apoio da maioria dos trabalhadores, apesar de fazer um governo adorado pelas grandes empresas. Tem a aprovação da CUT e UNE para todas as suas falcatruas, inclusive a última, com José Sarney. Conta com a recuperação parcial da economia para jogar a crise para depois das eleições de 2010. Utiliza a colaboração da mídia para encobrir a indignidade da repressão das tropas brasileiras ao povo haitiano.

Mas, mesmo assim, os problemas estão crescendo. Primeiro, existe um descontentamento crescendo dentro das empresas, que não aparece na mídia, e as pesquisas não se preocupam em registrar. Os salários baixos e o ritmo de trabalho estão fazendo aumentar um clima de bronca que vai acabar se expressando nas campanhas salariais deste semestre, que começam a se colocar em movimento.

Categorias de importância no movimento sindical estão se mexendo, muitas delas diretamente envolvidas com polêmicas políticas. São os metalúrgicos, com todo seu peso econômico e tradição política no país, que atingem Lula. Petroleiros, no coração do debate atual sobre a exploração do pré-sal; bancários, que enfrentam o setor mais influente da burguesia do país; funcionários dos Correios, também no meio de um debate sobre a privatização. Trabalhadores da mineração se enfrentando com a Vale, que ameaça reagir com redução de investimentos e demissões à queda em seus lucros. Operários da construção civil que constroem casas e não podem comprá-las em plena discussão sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, tema das páginas centrais deste jornal.

Está se abrindo em todo o país um momento muito importante no movimento sindical em que, além das questões de salário e emprego, vão estar em debate projetos do governo e disputas políticas. Tudo isso deve reacender a disputa pela direção do movimento. A CUT e a Força Sindical, mais uma vez, vão estar a serviço da patronal e do governo para "evitar conflitos e problemas". Ou seja, para que não haja lutas e a candidatura de Dilma Rousseff não seja afetada, nem Lula saia arranhado. A Conlutas, junto com os sindicatos e oposições combativas, tem se credenciado como alternativa de direção concreta, para encaminhar essas lutas e buscar sua unificação.

Além das campanhas salariais, o governo ainda tem que deter o desgaste causado pela gripe suína e a crise no Senado. A gripe começa a refluir, não pela ação do governo, mas pelo fim do inverno. Ainda segue crescendo o número de mortes do país, claramente subestimado pelo governo. A estatística no Brasil é maior que na Argentina, já em segundo lugar em mortos no mundo. Mas, mesmo assim, estão completamente subestimados. É provável que, já neste momento, o Brasil seja o país do mundo com mais mortes pela gripe. Um triste recorde devido ao crime do governo de não distribuir amplamente o Tamiflu para todos os gripados, por não querer quebrar a patente do medicamento.

O governo conseguiu escapar, ao menos por enquanto, da crise do Senado, com o acordão fechado com a oposição burguesa e o apoio da imprensa. A mídia deixou de noticiar as mobilizações pelo Fora Sarney, com o objetivo óbvio de enfraquecê-las.

Mas esse tema não foi esquecido e nem aprovado pelos trabalhadores. Uma coisa é que, na medida em que apoiam o governo, estes terminam por aceitar a grotesca cena de corrupção aberta no Senado. Mas esse tema vai seguir como fonte de desprestígio constante, cada vez que Sarney aparecer no noticiário. Arranha o governo, embora não leve a rupturas importantes.

OS PRIMEIROS MOVIMENTOS DA CAMPANHA ELEITORAL

As complicações para o governo não param por aí. O país começa a viver os primeiros movimentos da campanha eleitoral de 2010, e o projeto eleitoral do governo com Dilma Rousseff apresenta sinais de crise. A ministra começa a ser alvo permanente, com mais desgaste que o próprio Lula pelas crises no governo. Está sendo assim com a crise de Sarney, que não afetou a popularidade do presidente, mas segue levando crise para Dilma, com o episódio da reunião com Lina Vieira.

Lula, com a ministra, paga o preço de não se ter criado figuras de peso para sua substituição. Paga o preço da domesticação da CUT e da UNE, que hoje têm à sua frente funcionários a serviço do governo, figuras que não têm nada a ver com o peso próprio dos antigos dirigentes dessas entidades. Paga o preço dos escândalos como o do mensalão, que queimou figuras que poderiam ser alternativas, como José Dirceu.

O governo vai insistir em Dilma, mas já sabe que terá mais dificuldades do que imaginava na transferência dos votos de Lula. E terá de ir pensando em um plano B, caso ela não emplaque. Aliás, Antonio Palocci, levantado como "opção a Dilma", é quase uma piada, um deputado que tem de esconder pelo grau de irritação que causa, quase um Delúbio Soares.

Por isso, o lançamento da candidatura de Marina Silva causou tanta preocupação no governo. A ex-ministra aproveitou o momento da crise de Sarney para romper com o PT, se filiar ao PV e assumir a candidatura a presidente. Uma manobra (útil a José Serra) para dividir o campo governista e ocupar o espaço da esquerda.

É PRECISO CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES PARA AS LUTAS E AS ELEIÇÕES

O Brasil precisa realmente de uma nova alternativa, um campo dos trabalhadores. Precisamos ter os trabalhadores em ação nas campanhas salariais do segundo semestre. Precisamos fortalecer uma nova direção para os trabalhadores nessas lutas, através da Conlutas, em alternativa ao peleguismo da CUT e da Força Sindical.

E precisamos de um campo dos trabalhadores também em termos eleitorais. Isso significa que é necessária uma frente de esquerda socialista e classista para as eleições de 2010, que inclua PSOL, PCB e PSTU. Essa frente, se não estiver baseada em um programa socialista e uma independência da burguesia, não conseguirá ter um espaço próprio, uma diferença clara com a campanha de Marina. E essa frente tem de se materializar em nomes como os de Heloísa Helena para presidente e Zé Maria para vice.

DIVULGAÇÃO

A CRISE DO PSOL E A NECESSIDADE DE UMA FRENTE SOCIALISTA E CLASSISTA

A CRISE NO 2º CONGRESSO DO PSOL é expressão de um retrocesso que pode se agravar mais ainda

EDUARDO ALMEIDA, da redação

O PSOL terminou seu segundo congresso evidenciando uma crise que se refletiu duramente na imprensa. A Folha de S.Paulo noticiou que "após três dias de debates em São Paulo, o 2º Congresso da agremiação foi encerrado sem conseguir convencer Heloísa Helena a se lançar candidata." Segundo o jornal, "Heloísa não esconde que tem entre as possibilidades a serem analisadas a candidatura ao Senado por Alagoas."

A matéria reflete a polêmica em curso no PSOL, em que Heloísa (com apoio de uma parte do partido) defende deixar de lado a candidatura à presidência e se dedicar à disputa pelo senado em Alagoas, em que está na frente pelas pesquisas eleitorais. Outro setor é contrário a esta iniciativa e a saída foi adiar a decisão para uma conferência daqui a 60 dias.

Mas a polêmica se estendeu, abrangendo outro tema, ainda mais complicado: o apoio ou não à candidatura de Marina Silva. Este debate já está presente no PSOL de forma aberta ou reservada nos bastidores.

A matéria da FSP registra a declaração de Heloísa sobre o tema: "Eu não aceito ser obrigada a não respeitar Marina Silva nas minhas declarações públicas. Isso gera um dissenso partidário. O partido deve construir o seu programa, apresentar as alternativas concretas para o Brasil e só então discutir qual o melhor quadro partidário para representar esse projeto". "Eu tenho a dizer que Marina Silva é uma das mais valorosas militantes que a esquerda já produziu. E eu não vou aceitar que queiram me proibir de dar essas declarações públicas."

CRISE MESMO NA INDICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO PARTIDO

A matéria segue: " O descontentamento de Heloísa com o PSOL já era evidente no início dos debates (ela chegou a denunciar que estaria sendo vítima de uma campanha de calúnias pela internet, movida por seus "camaradas"). Ficou pior. O último ponto da pauta do congresso, a eleição da direção, terminou com a derrota da chapa apoiada por ela e encabeçada pela deputada Luciana Genro (PSOL-RS). Venceu a chapa liderada pelo deputado federal Ivan Valente (SP)..."

Na verdade, não foi aceito pelo setor majoritário no congresso que Heloísa fosse candidata à presidência do partido por fora das chapas que concorriam à direção. Esse setor (capitaneado pela APS (do deputado Ivan Valente-SP) chegou a baralhar a possibilidade de lançar outro candidato à presidência, recuando depois. Heloísa foi obrigada a concorrer como parte da chapa minoritária apoiada pelo MES (de Luciana Genro), MTL e o grupo de parlamentares do Rio (de Chico Alencar, Marcelo Freixo). Só depois de ser derrotada, foi encaminhada por um acordo negociado, para a presidência. Foi uma demonstração do desgaste já causado na figura de Heloísa pela crise interna do partido.

É POSSÍVEL DAR UM PASSO ADIANTE E NÃO VINTE PARA TRÁS

Queremos fazer um chamado a todas as correntes e militantes do PSOL. A crise do congresso é expressão de um retrocesso evidente, que pode se agravar. Existem milhares de companheiros do PSOL com quem militamos no dia a dia no movimento sindical, estudantil e popular. Apesar das inúmeras diferenças que temos com o partido, tivemos uma frente eleitoral em 2006, através da candidatura de Heloísa Helena, com 6,5 milhões de votos.

Nós fizemos ao PSOL e ao PCB uma proposta de frente socialista e classista para as eleições de 2010, que queremos refazer neste momento. A candidatura Marina Silva é uma tentativa da oposição burguesa de ocupar o espaço não só de Dilma Roussef (pela origem petista de Marina, por ser mulher), mas também da oposição de esquerda. Se o governo está nervoso com o lançamento da candidatura de Marina Silva, é necessário dizer com todas as letras que a oposição de esquerda também deve estar.

Existe uma crise que começa a se abrir no projeto governista para 2010. A candidatura de Dilma Roussef começa a manifestar suas fragilidades desde já. Uma série de crises (Sarney, a famosa reunião com Lina Vieira) se soma as incertezas de sempre sobre a evolução da crise econômica em 2010, e agora ao problema Marina. A confiança alardeada da transmissão dos votos de Lula para Dilma já não existe.

É necessário articular de imediato uma resposta política da oposição de esquerda. Nos próximos dias, Marina Silva vai começar a construir sua candidatura como "alternativa ao PT e ao PSDB", com todo o apoio da mídia. O PSDB e DEM não vão se queixar se Marina, para viabilizar sua candidatura, fizer críticas às "oligarquias políticas" e sobrar para eles. Afinal, se ela desde o início aparecer como um acessório da candidatura Serra, terá morrido no berço uma grande jogada política.

E a resposta verdadeira à Marina não pode ser outra senão uma Frente Socialista e Classista. Esta resposta tem de ser em primeiro lugar programática. Não se pode combater a candidatura Marina, defendendo o mesmo programa de um "desenvolvimento sustentável", por dentro do capitalismo. É preciso apresentar uma resposta à crise econômica, com um programa de ruptura com o capitalismo, que inclua a expropriação dos bancos, alem do não pagamento das dívidas externa e interna, para garantir a reforma agrária, aumentos salariais e emprego para todos.

Em segundo lugar, não se pode combater a candidatura Marina e suas alianças com a burguesia, propondo também alianças com partidos burgueses como PV em P. Alegre e o PSB de Capiberibe no Amapá. Pior ainda, aceitando dinheiro das grandes empresas como a Gerdau em P. Alegre. Só assim denunciaremos com clareza as alianças do PV com o PSDB e DEM.

Em terceiro lugar, não se pode prescindir da candidatura de Heloísa. Ela tem um capital eleitoral que foi construído não só por sua ação pessoal, mas pelo trabalho militante de milhares de pessoas nas eleições de 2006, assim como dos militantes do PSOL nesses anos. E é necessário ocupar este espaço, evitando que ele seja capitalizado em boa parte por Marina Silva.

Não existe qualquer comparação política entre a importância deste projeto político e a disputa de uma cadeira do Senado por Alagoas. Mais ainda com o grau de desgaste acumulado pelo Senado com a última crise. O aparato de uma cadeira do senado não compensa de forma alguma o desgaste que será causado pelo abandono deste projeto. Os incidentes do congresso do PSOL falam por si mesmos.

Nós propomos uma coligação, que inclua Heloísa e a candidatura de Zé Maria, pelo PSTU à vice- presidência.

Todos estes argumentos só servem para aqueles que, junto conosco, acreditam que a candidatura de Marina Silva é uma ameaça para a esquerda. Mas pode ser que exista realmente um risco maior ainda, de que o PSOL se renda à candidatura de Marina. Aí sim, seriam vinte passos atrás, um erro gravíssimo.

Por isto queremos fazer um chamado a todas as correntes e militantes do PSOL. Vamos utilizar esses 60 dias que vocês se deram para decidir o que fazer para construir uma Frente Socialista e Classista, com as candidaturas de Heloísa Helena e Zé Maria.

GLOBO E RECORD: TUDO A VER COM O PODER

CADA UM fala a verdade. Do outro

WILSON H. DA SILVA, da redação

Há semanas, o sempre "pouco respeitado" público tem acompanhado uma disputa envolvendo, por um lado, a Rede Globo e, de outro, a Record.

A "briga" entre os canais de TV envolve lances de corrupção, golpes baixos vindos dos dois lados e horas e mais horas de "reportagens" colocadas no ar pelas duas rivais.

É um caso exemplar da absurda situação criada em função das espúrias e hipócritas relações que os órgãos de imprensa e a mídia em geral mantêm com o poder brasileiro. Situações que também estão chegando à população de forma tão distorcida como a realidade geralmente mostrada e representada por esses órgãos.

Muitos afirmam que se trata apenas de uma "guerra por audiência". De fato, a Globo está incomodada com a concorrência da Record. Afinal, estamos falando, literalmente, de milhões de reais investidos diariamente pelo mercado publicitário em função da promessa de retorno apontada pelos índices do Ibope. Só para se dar uma ideia do que estamos falando, basta dizer que um intervalo de 30 segundos no chamado horário nobre (entre 20 e 22 horas) custa algo em torno de R$ 300 mil.

Contudo, isso é apenas a superfície de algo muito mais complicado. São brigas entre setores que, na verdade, têm tudo a ver um com o outro.

"UMA GUERRA PRIVADA COM ARMAS PÚBLICAS"

O subtítulo, emprestado de uma matéria publicada no site da revista "Caros Amigos" no dia 21 de agosto, resume bem o que realmente está acontecendo.

Como afirma o repórter Rodolfo Viana, não há "mocinhos" nessa história e "também não há mentiras nos ataques de uma contra a outra: os Marinho sempre tiveram uma relação espúria com o poder e a Record, uma interação promíscua com a Igreja Universal do Reino de Deus. Mas o problema central nessa guerra é que estão guerreando com armas alheias. Estão guerreando com armas públicas".

O centro da crítica da "Caros Amigos" é um fato inquestionável: canais de TV são concessões públicas, que deveriam atender aos interesses da população. O que temos visto é uma disputa motivada pelos lucros e interesses do punhado de gente que controla essas redes. Uma briga que está sendo utilizada por ambos os lados para aumentar ainda mais o volume de seus cofres.

No "vale-tudo" armado pelas duas emissoras, não há "golpe" que seja proibido. A Record está exibindo partes do documentário "Além do Cidadão Kane", produzido por um canal de TV britânico depois do escândalo envolvendo a montagem que a Globo fez do debate entre Lula e Collor, nas eleições de 1989, beneficiando claramente o segundo (atual amicíssimo de Lula, Sarney e demais comparsas).

A Globo também tem de tudo. Além de "montar" reportagens em seus principais noticiários para cutucar a concorrente, a emissora prepara-se para atacar numa área em que é reconhecidamente eficaz: a ficção. Já está definido, por exemplo, que na próxima edição de "Ó Pai, Ó", os personagens evangélicos do seriado se envolverão com corrupção e desvio de dinheiro da igreja.

MANSÕES E TEMPLOS HABITADOS PELO PODER

Apesar do clima de "barraco" que tem cercado a disputa, o que temos visto é algo como dois latifundiários que ficam mudando a "cerca" de sua propriedade para "roubar" terras um do outro.

O problema para a maioria da população é que o simples "mover de cercas" não significa que o terreno ficará livre para outros. Muito pelo contrário. Nessa briga, o "terreno", ou seja, a própria sociedade, só muda de mãos, ficando sempre submetida à lógica do mercado, da ideologia dominante e seus valores degenerados e da distorcida visão de mundo que nos é apresentada pelos meios de comunicação.

Como costumam dizer os teóricos marxistas da comunicação, os órgãos da imprensa e da mídia não mandam diretamente na sociedade (como muitos acreditam, ao dizerem, por exemplo, "que a Globo faz e desfaz presidentes"), mas são importantes agentes do poder. Por exemplo, desempenham um importante papel nos processos eleitorais. E não há dúvida de que esse "serviço" será cobrado a peso de ouro em 2010.

Mas são como "espaços" habitados pela burguesia, que detém o poder através da propriedade das indústrias, bancos, fazendas e negócios que financiam o mercado publicitário e, consequentemente, controlam o que é levado ao público e a forma como isso deve ser feito.

Como não poderia deixar de ser, essas "mansões" ou "latifúndios" dividem-se entre diferentes setores da burguesia. No caso brasileiro, em que as concessões são dadas pelo Congresso, não é de se espantar que a maioria dos "proprietários" seja de famílias de políticos tradicionais, como os Sarney (Maranhão), os Barbalho (Pará) e os Magalhães (Bahia).

Mas também sobra espaço para a instalação de outros setores, principalmente de instituições auxiliares do poder como as igrejas, tanto católicas como protestantes. Aproveitando-se da fé da população, essas instituições se encastelaram em emissoras de rádio e TV para, com dinheiro público, fazer propaganda de seus interesses e encher os bolsos de seus proprietários, charlatães de todos os tipos, sejam eles orientados pelo Vaticano ou pelos templos evangélicos, como Edir Macedo, os bispos da Renascer ou qualquer outro.

POR UMA "REFORMA AGRÁRIA NO AR"

A única forma de pôr fim a essa história é com a democratização dos meios de comunicação, o fim do monopólio, da propriedade cruzada (os mesmos grupos e famílias detêm o monopólio da informação, contando com a posse de rádios, televisões, jornais, sites, etc) e das concessões de cartas marcadas.

Algo que já foi defendido pelo PT, a CUT, a UNE e outras entidades dos movimentos sociais que, hoje, não só abandonaram essa luta, como também vivem uma promíscua relação com os Marinho, a Universal e demais representantes da mídia.

Enquanto meia dúzia de famílias e grupos continuarem a ter o monopólio dos meios de comunicação, a população continuará como vítima de suas manipulações. E também seguirá essa divisão sem sentido, pois, afinal, não estamos diante de uma briga entre o "padrão global" e a "ousadia da Record", muito menos entre católicos e evangélicos.

Uma disputa acirrada pelas consequências da crise, que os obriga a serem mais ferozes nas suas investidas sobre o público que, infelizmente, continua sendo a principal vítima dessa situação lamentável.

WWW.PSTU.ORG.BR

LEIA NO SITE

Globo: tudo a ver com o poder, publicado em 5 de maio de 2005, sobre as relações da emissora com a ditadura, Collor, FHC e Lula durante seus primeiros 40 anos de existência

Rede Globo: 40 anos de ilusões, estereótipos e ideologia dominante, sobre os mecanismos ideológicos reproduzidos pela emissora

Jornal Nacional: contando a versão dos poderosos, publicado no "Opinião Socialista" 191

"Roberto Marinho: uma longa e espúria história", publicado no Opinião Socialista 157, em 2003, sobre a carreira e morte do empresário

DRAMA DE QUEM NÃO TEM ONDE MORAR

DIEGO CRUZ E JEFERSON CHOMA,
da redação

Os números sobre habitação no Brasil mostram uma dramática realidade. Não é à toa que o chamado "sonho da casa própria" seja o objetivo de vida para milhões. Num país em que o mercado imobiliário vive um "boom", grande parte dos trabalhadores não tem garantido o básico direito de morar com dignidade.

FALTAM CASAS

Oficialmente, o governo admite que o déficit habitacional no país ultrapasse 7,2 milhões de casas. A estimativa é da Fundação João Pinheiro que, em 2005, refez os cálculos sobre o problema de moradia para o Ministério das Cidades.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional pode chegar a 1,5 milhão de moradias em São Paulo. Valdir Pinheiro é uma das pessoas que enfrenta essa situação. Natural de Chapecó, Santa Catarina, ele veio para a capital paulista há 14 anos e trabalhava como garçom. Mas, desempregado e sem dinheiro para pagar o aluguel, hoje mora nas ruas. A reportagem do **Opinião** falou com Valdir quando ele estava na fila de um albergue para moradores de rua. *"Faz dois meses que ando pela rua, procurando emprego. Aqui no albergue eu chego cedo para não perder o lugar"*, disse.

Porém, diferente do que possa parecer, a carência de moradias não se expressa somente nos indigentes e moradores de ruas, que dormem ao relento. Ela é mascarada por meio de situações como as habitações precárias ou os cômodos nos cortiços nos quais famílias literalmente vivem espremidas.

Por isso, o déficit habitacional é calculado a partir do número de famílias instaladas em condições precárias. Isso abrange tanto as que moram em casas degradadas ou em locais improvisados, que oferecem riscos à segurança e à saúde de seus membros, como as famílias que vivem acomodadas em um único cômodo, muitas vezes dividindo-o com outras famílias.

É o caso de Anderson Costa, 27 anos, nascido em Vitória da Conquista (BA), que vive em um cortiço na Rua Condessa de São Joaquim, centro de São Paulo. Anderson paga R$ 230 por mês para ocupar um pequeno quarto, onde só cabem uma cama de solteiro e uma geladeira. *"Aqui ainda vivem pelo menos mais 50 famílias. Tem mais duas pensões como essa aqui do lado"*, diz. Todas elas, explica, compartilham o mesmo banheiro e área de serviço. As crianças brincam nos sujos e úmidos corredores do cortiço, enquanto Ana Araújo, que veio do Piauí, lava roupas em um tanque. Ela mora com seus dois filhos e o marido em um quarto onde cabe apenas uma cama de casal. *"No começo estranhei, mas depois me acostumei"*, diz.

O déficit habitacional abrange ainda as famílias com renda de até três salários mínimos e que gastam mais de 30% da renda com aluguel. Uma situação muito comum nas grandes cidades, onde o preço do imóvel é inflacionado, mas os salários são miseráveis.

> **Aqui vivem mais de 50 famílias. No começo estranhei, mas depois me acostumei**
>
> **Anderson Costa, 27 anos, auxiliar de cozinha**

A CARA DO DÉFICIT

A falta de moradias se concentra no Sudeste e no Nordeste, com quase 80% de todo o déficit de casas no país (veja o gráfico). Isso significa uma necessidade de mais de 5 milhões de moradias nessas regiões.

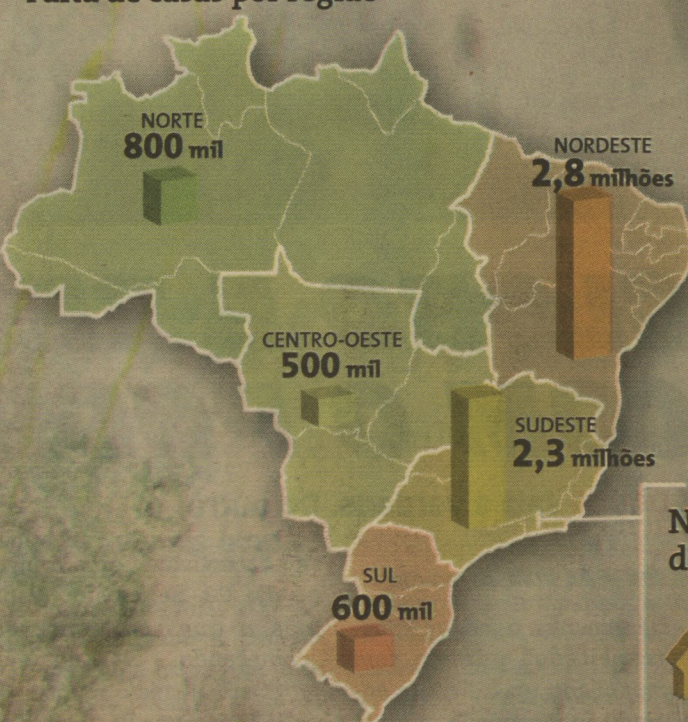
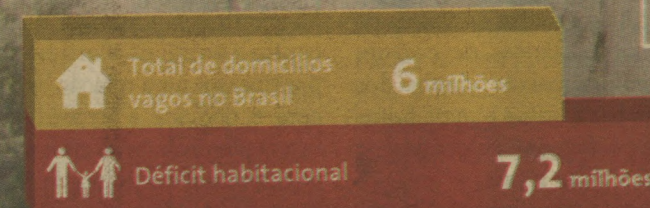
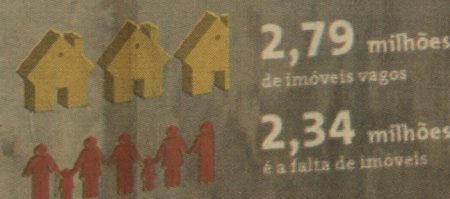
A maior parte dele, 78%, representa a falta de casas para famílias que se veem obrigadas a viver apertadas em pequenos cômodos com outras, a chamada "coabitação familiar". Em números absolutos, são mais de 3,2 milhões de famílias nessa situação. Outras 1,8 milhão vivem em habitações precárias.

Como não poderia deixar de ser, o déficit atinge principalmente os mais pobres. A maior parte, 82%, diz respeito a famílias com renda de até três salários mínimos. Já as famílias com renda mensal de três a cinco salários mínimos respondem por 9,4% do déficit.

O PROBLEMA É AINDA MAIOR

Embora haja moradias já consolidadas, milhões de famílias sofrem com a falta de infraestrutura básica como energia elétrica, esgoto, água encanada e coleta de lixo.

É o que a pesquisa chama de "domicílios inadequados". Só para se ter uma ideia, segundo os dados do IBGE de 2000, em torno de 3,3 milhões de casas no Brasil não possuem banheiro. As regiões Nordeste e, principalmente, Norte, concentram os domicílios enquadrados nesse critério.

O total de domicílios inadequados chega ao espantoso número de 11,9 milhões. Considerando que o Brasil tem cerca de 44,7 milhões de residências, cerca de 26% dessas habitações não têm as mínimas condições de segurança e saneamento e muito menos conforto.

FOTOS DIEGO CRUZ

Cortiço visitado pela reportagem

O OUTRO LADO DO DÉFICIT

Faltam 7,2 milhões de habitações em todo o país. Ao mesmo tempo, o número de imóveis vazios impressiona. São mais de 6 milhões no Brasil, a maior parte concentrada na área urbana, justamente onde o déficit é maior.

São imóveis abandonados ou utilizados apenas ocasionalmente, como casas de praia ou, a maior parte, simplesmente casas vazias à espera de um comprador ou locatário. No Sudeste, mais de 10% de todos os imóveis particulares estão vagos. Nessa região, o número de imóveis vazios, 2,7 milhões, supera o déficit habitacional, de 2,3 milhões.

Um dado que reflete a situação de profunda desigualdade social no país. Um grande número de imóveis que poderiam ser utilizados para resolver parte do déficit habitacional é destinado à especulação imobiliária.

"SERIA NECESSÁRIO MAIS UNS 100 ANOS"

PARA VIVER nas casas que constrói diariamente, operário da construção civil estima que deveria trabalhar por mais um século

GIAMBATISTA BRITO,
de Fortaleza (CE)

Antônio Alves Pereira é operário da construção civil de Fortaleza, capital cearense, desde 1974. Mesmo com 35 anos de trabalho, ele ainda não pode se aposentar, pois na carteira contam somente 21 anos. Hoje com 54 anos de idade, Antônio conseguiu há pouco mais de cinco anos comprar um lote no Velho Timbó, bairro operário do município de Pacatuba, a 25 km de Fortaleza. Com muito sacrifício, ele construiu sua casa, onde mora com a esposa e duas filhas.

Atualmente, Antônio está desempregado, trabalhando mais uma vez em serviços avulsos. Há pouco tempo, recebeu suas contas da última obra em que participou: um condomínio fechado no bairro do Eusébio com 21 casas, todas já vendidas por cerca de 500 mil reais. Como a distância da casa ao local de trabalho era muito grande, o operário passava a semana inteira distante da família, dormindo no próprio local de trabalho. Junto com ele, vários outros trabalhadores, vindos em especial de municípios vizinhos a Fortaleza. *"A patronal prefere trabalhadores vindos da zona rural e com pouca instrução, porque assim pode demitir com menos de um ano e não pagar os direitos"* diz.

Perguntado sobre quanto tempo de trabalho seria preciso para que ele pudesse viver numa casa nos moldes das que recentemente construiu, respondeu sem pensar duas vezes: *"No mínimo mais uns 100 anos"*.

> **"A patronal prefere trabalhadores com pouca instrução. Assim não pagam os direitos"**

Em 2002, seu Antônio votou e fez campanha para eleger Lula. Hoje, não esconde a frustração: *"Foi uma decepção muito grande. Agora, então, nem se fala com esse caso do Sarney. PT, PSDB e Sarney são tudo a mesma coisa"*. Também não acredita no "Minha Casa, Minha Vida". O operário diz que necessário um programa como esse, mas não acredita que Lula vá garantir casa para os mais pobres.

PACOTE DE LULA NÃO RESOLVE PROBLEMA DA MORADIA

No final de março, o governo federal anunciou com muita propaganda seu novo programa habitacional, o "Minha Casa, Minha Vida". A meta é construir um milhão de casas. Serão destinados 34 bilhões de reais para atender às pessoas que ganham até dez salários mínimos ou R$ 4.650.

Muito marketing foi produzido em torno do pacote, gerando grandes expectativas entre os trabalhadores que vivem em moradias precárias ou que desejam se livrar do peso dos aluguéis.

No entanto, as aparências enganam. O projeto está longe de ser um programa social que vai solucionar o chamado déficit habitacional, além de estar dirigido a beneficiar as construtoras privadas. Vejamos alguns pontos do programa.

INSUFICIÊNCIA DE MORADIAS

Em primeiro lugar, o projeto está longe de resolver o déficit habitacional de 7,2 milhões de moradias. Diferentemente da propaganda do governo, o pacote vai atender apenas 14% desse número.

Atualmente, mais de 80% do déficit concentra-se nas famílias que recebem até três salários mínimos. Mas o "Minha Casa" prevê que essa parcela receberá apenas 35% das moradias construídas. Por outro lado, as pessoas que recebem de três a dez salários mínimos (que compõem apenas 15,2% do déficit) receberão 60% das moradias construídas e 53% do subsídio público. Ocorre que essa faixa é beneficiada graças aos interesses das construtoras. Os empresários consideram que construir moradias para esse setor é mais lucrativo.

CONSTRUTORAS: LUCROS SEM RISCOS

O programa vai contar com 97% de subsídios públicos (entre recursos da União e do FGTS), que serão destinados a atrair o interesse das construtoras privadas para a construção de moradias dirigidas a famílias de baixa renda. Dessa forma, o governo pretende "criar" um novo e lucrativo mercado habitacional no país para as construtoras privadas. Assim, o governo entra com o dinheiro para a compra das casas produzidas pelas construtoras. Depois de construídas, todas as moradias serão vendidas para a Caixa Econômica Federal, que assumirá os riscos de inadimplência dos compradores. Um negócio que garante lucratividade certa para os empresários da construção civil. Além disso, será a própria construtora que definirá o terreno e o projeto das moradias.

> **"Minha casa, minha vida" pretende criar um novo e lucrativo mercado habitacional para as construtoras privadas**

"Enquanto o trabalhador recebe uma casa com apenas 32 metros quadrados de área útil (modelo proposto pela Caixa), provavelmente nas periferias extremas, a empreiteira pode receber por essa casa-mercadoria até 48 mil reais, ou 1.400 reais por metro quadrado", explicam os urbanistas Pedro Fiori Arantes e Mariana Fix, em artigo publicado no site Correio da Cidadania.

Os órgãos competentes do Estado servirão como um balcão de negócios, apenas para aprovar as decisões das construtoras privadas.

DESIGUALDADE

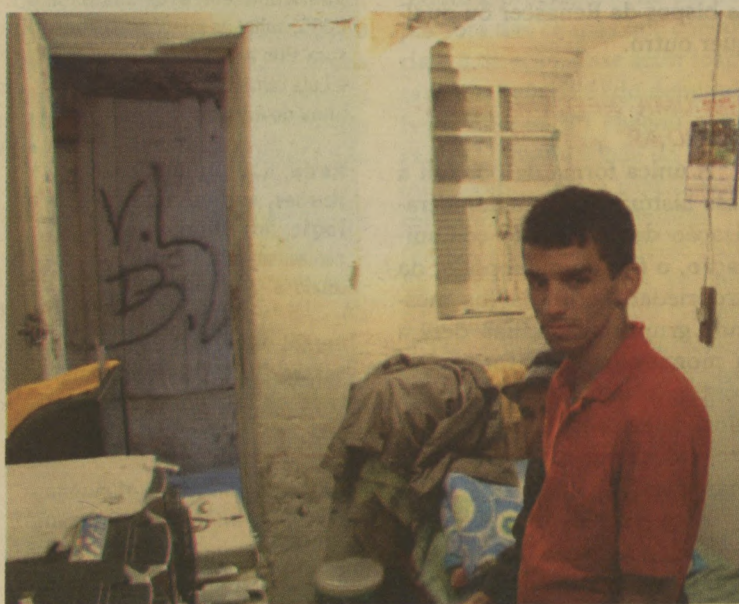
SEM PRAZOS

Não há nenhum prazo fixado para alcançar a meta de um milhão de casas. Lula chegou a dizer que o projeto "não tem data" e disse para ninguém cobrá-lo por isso.

Por um lado, essa incerteza leva à desconfiança de que o governo esteja somente fazendo um anúncio genérico, sem estabelecer o mínimo compromisso com sua efetivação. Além disso, a crise econômica está levando o governo a reduzir gastos e diminuir as verbas públicas. Muitas obras de infraestrutura não saíram do papel devido à crise.

Podemos, portanto, estar diante de algo que também servirá para reforçar o cacife da candidatura governista nas eleições de 2010, além da transferir verbas para as construtoras.

Por outro lado, ao não fixar prazos, o governo mostra o quanto o pacote habitacional depende do interesses das construtoras privadas. São elas que vão definir, onde, como e quanto tempo vai durar a construção das casas.

Continua na página seguinte

CRISE AUMENTA PRESENÇA DE ESTRANGEIROS NA CONSTRUÇÃO

ESPECULADORES compram construtoras e influenciam programa "Minha Casa, Minha Vida"

ATNÁGORAS LOPES, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (PA) e da Conlutas

O setor imobiliário está vivendo grandes transformações nos últimos anos, acentuadas pela crise econômica. A chegada de grandes grupos e a entrada de construtoras nas bolsas de valores estão fazendo com que o setor deixe de ser nacional.

A abertura de capital começou com força em 2005. Em pouco mais de um ano, 12 construtoras tinham colocado ações à venda. Foi nesse período que Sam Zell, dono da Equity International Properties (EIP), um dos maiores especuladores do mercado norte-americano, chegou ao país. Pagou 50 milhões de dólares e levou 30% da Gafisa.

Segundo a revista Retrato do Brasil, em outubro de 2008, quando a crise derrubou a ação da Gafisa a um quinto do valor, Zell usou outros 50 milhões de dólares e dominou a empresa.

O faro para oportunidades também parece ser dom do espanhol Enrique Bañuelos que, em fevereiro, comprou parte da Abyara e, dois meses depois, tomou conta da Klabin Segall.

PLANO COM CONSTRUTORAS

Sam Zell incentivou a compra da construtora Tenda como braço "popular" da Gafisa.

Não foi uma aposta. Como atesta o sócio, Gary Garrabrant, *"há várias razões para a explosão, agora, no setor imobiliário brasileiro, especialmente nas classes baixa e média"*. Uma delas, talvez a principal, é o crédito da Caixa Econômica Federal. E disso Zell já sabia, pois participou da gestação do plano "Minha Casa, Minha Vida".

Em março de 2008, em um seminário em Nova York, Zell esbanjou elogios a Lula. E dedicou-se a uma campanha para convencer o governo a dar "assistência" ao setor, reunindo as construtoras Gafisa, Rossi, MRV, Rodobens, W Torre, Cyrela, etc. No final de 2008, propuseram à ministra Dilma Rousseff um plano com casas prontas em três meses. Para isso, valeria tudo, até "licenças ambientais" em 30 dias. A reunião foi um marco. Garantiu verbas aos empresários, atolados em dívidas. Em março, no lançamento do plano, o dono da MRV, Rubens Menin, festejou: *"foi exatamente como pleiteamos!"*.

CONSTRUINDO BOLHAS

A presença estrangeira reflete o impacto da crise. Assim como as montadoras de carros usam a isenção do IPI para enviar mais lucros às matrizes, esses senhores buscam recuperar o que perderam em seus países.

Com a crise imobiliária dos EUA, Sam Zell perdeu metade do patrimônio, que caiu para 3 bilhões de dólares. O espanhol Enrique Bañuelos perdeu mais. Em 2007, viu 6,7 bilhões de dólares sumirem e por pouco não deixou de ser bilionário. Ele havia manipulado balanços de suas empresas. O escândalo fez Bañuelos desaparecer, até agora. "Ele vai dar trabalho" é o comentário deixado aos brasileiros em um site espanhol.

O estouro das bolhas destruiu sonhos de milhares de trabalhadores nos EUA e na Espanha. Perderam suas casas e economias e hoje moram em trailers ou com parentes. Por trás estavam empresários como estes, que agora oferecem planos a trabalhadores brasileiros com renda até R$ 1.300. Esses senhores, parceiros de Lula, querem lucro e podem estar criando aqui armadilhas, como em seus países. E, quando os trabalhadores não puderem, por algum motivo, pagar suas prestações, o que acontecerá?

COMO É POSSÍVEL RESOLVER O PROBLEMA DA HABITAÇÃO?

DA REDAÇÃO

O plano de moradia do governo vai promover uma transferência maior de dinheiro público para os empresários da construção. Além disso, o "Minha Casa" irá estimular ainda mais o aumento do preço da terra, favorecendo a especulação imobiliária. Não há dúvida também de que os recursos bilionários do programa serão uma enorme fonte de corrupção.

Nossa proposta é para resolver o problema da moradia do país, ou seja, para acabar com o déficit de 7,2 milhões de habitações.

Um projeto para construção de moradias não pode ficar nas mãos da iniciativa privada, que só deseja lucros. A construção de casas deve ser realizada pelo Estado em forma de mutirões ou cooperativas, ao invés de ser proposta e executada pelas empreiteiras. Isso vai tornar muito mais barata a construção das novas casas.

Para a população que ganha até três salários mínimos, o projeto do governo prevê o pagamento de 41 mil a 52 mil reais por casa construída pelas construtoras. Mas é possível construí-las a um preço bem menor sem dar um tostão aos empresários da construção. Um projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo, propõe a construção de casas populares ao custo de R$ 12 mil cada, na forma de mutirões.

Qualquer programa voltado para acabar com o déficit habitacional só é viável com uma ruptura com a atual política econômica. É preciso parar de entregar dinheiro às grandes empresas e deixar de pagar as dívidas externa e interna, transferindo esses recursos para obras de habitação, infraestrutura e reforma agrária, para dar trabalho a milhões. Sem essa ruptura não haverá suporte financeiro a qualquer projeto de combate à falta de moradias.

Qualquer projeto popular para acabar com o déficit habitacional deve ser discutido com os movimentos sociais, com longa trajetória e experiência na luta pela moradia.

"A luta por moradia mostra qual é o caminho para se conquistar uma vida digna. O Pinheirinho é um exemplo disso. Os trabalhadores e o povo pobre devem se organizar para essa conquista e exigir a legalização e urbanização das ocupações", avalia Valdir Martins, o "Marrom", dirigente da ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP).

REFORMA URBANA

No programa do governo, não existe nenhuma medida que estimule a ocupação de imóveis construídos vagos (que totalizam 83% do déficit habitacional). Isso porque o governo não quer enfrentar os interesses dos empresários da construção. É preciso exigir a realização de uma reforma urbana, com a desapropriação das empresas e grandes proprietários de imóveis, que utilizam essas unidades para a especulação.

O governo também deve regularizar as ocupações urbanas promovidas pelos movimentos sociais que lutam pela moradia. Além disso, o dinheiro que o governo hoje destina para pagar juros aos banqueiros deve ser destinado à criação de um verdadeiro plano de obras públicas que ataque os principais problemas das grandes cidades, como as enchentes recorrentes e a falta de urbanização das favelas e comunidades carentes.

Por isso, exigimos do governo Lula a ampliação e transformação do plano "Minha Casa":

1. A ampliação do plano de um milhão para 7,2 milhões de moradias populares, que absorveria os desempregados do país e resolveria o déficit habitacional. Isso seria feito por iniciativa estatal, sem a iniciativa privada. O programa seria apoiado no projeto da UFRGS, com um custo total de 86,4 bilhões de reais.

2. O financiamento desse projeto seria realizado com os 34 bilhões de reais (custo do programa "Minha Casa"), mais 52,4 bilhões reais retirados do dinheiro pago aos banqueiros com as dívidas externa e interna. Basta lembrar que esse dinheiro é só 17% dos 300 bilhões já entregues por Lula às grandes empresas desde o início da crise.

3. O plano poderia ser barateado com a expropriação de milhões de moradias hoje não utilizadas pelas grandes empresas, através de uma ampla reforma urbana.

4. Regularização das ocupações urbanas.

POLÍCIA DE YEDA EXECUTA SEM-TERRA

ASSASSINATO EM REINTEGRAÇÃO DE POSSE faz parte da política de repressão do Estado. Operação chegou a ser chamada de "profissional"

DA REDAÇÃO

Dia 21 de agosto, sexta-feira. A Brigada Militar, a violenta polícia gaúcha, cumpre ordem de reintegração de posse da improdutiva fazenda Southall, em São Gabriel, oeste do estado.

Os 300 policiais invadem o acampamento, agredindo de forma indiscriminada os sem-terra desarmados. Não satisfeito, um oficial dispara a escopeta calibre 12 à queima-roupa em um acampado, atingindo-o nas costas. Elton Brum da Silva, de 44 anos, casado e com dois filhos, morre ao ser levado por policiais.

Cerca de 50 pessoas foram feridos por estilhaços, golpes de espada e mordidas de cães.

No dia 12, a Brigada já havia realizado violenta repressão contra uma ocupação de sem-terra na prefeitura da cidade. Os manifestantes foram agredidos e torturados, entre eles mulheres e crianças.

REPRESSÃO COMO POLÍTICA DE ESTADO

O assassinato expõe a repressão como política de Estado do governo Yeda. *"O uso de armas de fogo no tratamento dos movimentos sociais revela que a violência é parte da política deste Estado"*, denuncia a nota do MST.

A princípio, a ação da Brigada foi chamada pelas autoridades de "profissional", aumentando a indignação. Diante da repercussão, o comandante da Brigada, coronel Lauro Binsfield, foi afastado, mas ninguém foi punido até agora.

Sem-terra baleado pela polícia

O PSTU, em nota, responsabiliza diretamente o governo. *"O PSTU vem a público responsabilizar o governo Yeda pelo assassinato do companheiro sem-terra. O governo Yeda é duplamente responsável, pois além de ser a chefe maior da Brigada Militar e portanto responsável pela sua ação, é um governo que não assentou nenhuma família e trata os movimentos sociais como criminosos"*, diz a nota assinada por Vera Guasso, presidente do partido no estado. O PSTU responsabiliza ainda o governo federal, que corta verbas da reforma agrária e se torna cúmplice desse crime.

HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA

Não é de hoje os casos de violência envolvendo a Brigada Militar e os movimentos sociais. Há um longo histórico. No dia 8 de março de 2008, por exemplo, a Brigada reprimiu violentamente uma protesto de trabalhadoras da Via Campesina.

A luta pela terra na região já passa por um longo processo de criminalização pela Justiça, com proibição de marchas e fechamento de escolas nos acampamentos. Em 2008, foi revelado um relatório do Ministério Público gaúcho que pedia a dissolução do MST.

Com o aumento dos protestos contra a corrupção do governo Yeda, houve também uma escalada repressiva da polícia. Em junho do ano passado um ato pacífico foi duramente reprimido pela Brigada e neste 14 de agosto, os atos foram cercados por um grande aparato policial. Se nada for feito, Elton será o primeiro da lista de mortos da polícia assassina do corrupto governo Yeda.

EM MEIO À PIOR CRISE POLÍTICA DE SEU GOVERNO

AUMENTAM OS PROTESTOS pelo Fora Yeda. CPI pode ser usada para preservar o mandato

ALTEMIR COZER, de Porto Alegre (RS)

O assassinato do sem-terra é mais um escândalo que mostra a necessidade de derrubar o governo de Yeda Crusius (PSDB). As últimas semanas foram marcadas pelo agravamento da crise política no Rio Grande do Sul. O Ministério Público Federal indiciou a governadora e oito pessoas por formação de quadrilha. Nas ruas, os protestos aumentaram, animados pelo clima de que a governadora estava por um fio. Houve duas manifestações logo após o indiciamento e uma grande marcha no dia 14 de agosto.

As mais de 1.200 páginas do processo e as gravações revelam detalhes sobre os R$ 40 milhões desviados do Detran, e esquemas como a compra da mansão da governadora. Apesar das denúncias, Yeda e os envolvidos não foram sequer afastados. Os pedidos de impeachment seguem parados e tudo indica que serão deixados de lado até pelos deputados do PT.

Mas a crise é profunda. Até agora, a burguesia e seus partidos, apesar da dificuldade em defender o governo, insistem em manter o calendário, buscando recompor a governabilidade e uma candidatura em 2010.

QUAL A SAÍDA?

A cassação em um dos estados mais importantes do país seria um abalo significativo no regime. Para derrubar Yeda e seu governo é preciso muita luta. E que, além das atividades desenvolvidas há oito meses por servidores e juventude, entre em cena o conjunto dos trabalhadores, em particular a classe operária.

Até o momento, os novos fatos não foram suficientes para um salto de qualidade nas manifestações. Isto ocorre em parte pela descrença das pessoas, que não acreditam que os políticos – ou a Justiça – façam qualquer punição. Há um sentimento de revolta, mas que não leva a uma ação correspondente. E a direção majoritária do movimento não impulsiona uma luta para isso.

Ato do dia 14 em PoA teve como o "Fora Yeda" como centro

Os trabalhadores e a juventude já chegaram a uma primeira conclusão: via parlamento e Justiça, nada vai acontecer. Isso é muito importante, mesmo que ainda não se tenha força suficiente para uma luta por cima das direções do PT e da CUT capaz de impor o "Fora Yeda já!".

Na Assembleia Legislativa, o governo deixou de bloquear a CPI. Mas a proposta do PT agora favorece o governo. Todos os fatos já foram investigados pelo Ministério Público Federal. Uma CPI agora só serviria para fazer o jogo do governo e prolongar o mandato até o final.

NOVAS ELEIÇÕES

Os trabalhadores não podem suportar mais um ano deste governo. Nestes dias, foi amplo o debate sobre quem deveria ficar no lugar de Yeda. Nos jornais, nas ruas, escolas e locais de trabalho se discutiu o assunto. A ampla maioria das direções do movimento defende que o vice-governador Feijó assuma. Ignoram que é parte deste governo corrupto, ou que é um empresário do DEM, que defende medidas neoliberais como a privatização do banco estadual. Além de não aceitar que assuma o vice, também é importante lutar por novas eleições agora.

Independentemente do desfecho da crise, a mobilização já conseguiu duas importantes vitórias: ter feito a crise chegar ao patamar que chegou, e evitado os ataques ao plano de carreira dos professores, que representaria uma derrota histórica.

Mas, é possível ir adiante e exigir dos parlamentares petistas e seus aliados a votação do fim do governo e antecipação das eleições. E exigir da CUT e da Via Campesina que convoquem um dia de paralisação estadual pelo Fora Yeda.

Todos às ruas!

Fora o governo Yeda já!

Nenhuma confiança na Assembleia Legislativa. Não à CPI.

Novas eleições imediatas

Cadeia para Yeda e sua quadrilha

Confisco dos bens de todos os corruptos

Fim dos ataques aos trabalhadores e aos serviços públicos

Por um governo socialista dos trabalhadores

LICENÇA-MATERNIDADE: UM DIREITO DAS MULHERES, UM DEVER DO ESTADO

PELA IMEDIATA aplicação obrigatória da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras e sem isenção fiscal

JANAINA RODRIGUES,
da Secretaria de Mulheres do PSTU

Estamos às vésperas do aniversário de um ano da aprovação pelo presidente Lula da Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, que prevê o período de seis meses de licença-maternidade. Até então, a licença brasileira garantida na CLT era de quatro meses.

No setor privado, a prorrogação está garantida à trabalhadora desde que a empresa em que ela trabalha tenha aderido ao Programa Empresa Cidadã e, mesmo assim, somente a partir do próximo ano, uma vez que mexe com o Orçamento da União. Isso porque os quatro primeiros meses de licença-maternidade continuarão sendo pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porém o salário dos dois meses a mais será pago pelo empregador, que terá isenção fiscal para conceder o benefício.

No período de prorrogação da licença, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Para as servidoras municipais e estaduais, o benefício já começou a ser concedido. Até agora, segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria, 108 municípios brasileiros e 14 estados, além do Distrito Federal, transformaram em leis locais a licença-maternidade ampliada.

LICENÇA-MATERNIDADE PARA TODAS AS TRABALHADORAS

É necessário exigir do governo a imediata aplicação da licença-maternidade de seis meses para todas as mulheres trabalhadoras, sem isenção fiscal. Cerca de 60% das mulheres que trabalham estão no setor informal ou em pequenas e médias empresas, e a lei do governo não abrange esse setor. Mesmo para o setor atingido pela lei, a adesão ao programa é voluntária, ou seja, a implementação depende somente da vontade das empresas. Na prática, o benefício não está garantido para ninguém. Mas as vantagens às empresas que aderirem estão garantidas e vão custar aos cofres- públicos entre 500 e 800 milhões de reais por ano.

No Brasil e em vários países do mundo, a licença-maternidade não chega sequer aos seis meses, tempo mínimo orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo uma pesquisa do Ministério da Saúde de 2006, os bebês brasileiros são alimentados exclusivamente com o leite de suas mães, em média, até os dois meses de vida. Dez anos antes, segundo os registros oficiais, os bebês alimentavam-se somente do leite materno durante o primeiro mês. *"O tempo, apesar de ter dobrado, é baixo. A Organização Mundial da Saúde faz campanhas insistindo para que os bebês sejam alimentados com o leite materno, e nada mais, até os seis meses. Enquanto mamam, eles não precisam nem de água. O leite materno oferece às crianças os nutrientes e anticorpos necessários para que cresçam com saúde"*, diz uma nutricionista da Clínica Gênesis, referência nacional no atendimento multidisciplinar de saúde.

Dados da Sociedade Brasileira de Pediatria apontam que a amamentação regular por seis meses reduz em 17 vezes as chances de a criança contrair pneumonia, 5,4 vezes a possibilidade de anemia e 2,5 vezes a ameaça de crises de diarreia.

Por isso, defendemos a imediata aplicação da licença-maternidade de seis meses, obrigatória e sem isenção fiscal, para todas as trabalhadoras. As empregadas das empresas privadas não podem ficar reféns dos patrões para obter esse direito.

No entanto, nossa luta também deve ser dirigida a exigir do governo um objetivo maior para as mulheres grávidas: a licença-maternidade de um ano para as mães e de no mínimo um mês para os pais.

Para o pediatra Ary Cardoso, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), *"o ideal seria que as mães tivessem licença até um ano, pelo menos, como acontece em alguns países desenvolvidos"*. Cardoso explica que o leite materno é rico em diversas substâncias que fortalecem o sistema imunológico do bebê. Assim, o risco de contrair doenças é menor, especialmente as mais comuns na infância, como infecções respiratórias, diarreia e quadros de alergia.

Além disso, cuidar de um recém-nascido abrange mais do que o aleitamento materno. O tempo de licença-maternidade é importante também para estabelecer vínculo afetivo com a criança e intensificar o seu desenvolvimento emocional e social. Assim como a licença-paternidade, que é importante não somente para o estabelecimento de vínculo afetivo com a criança, mas para a divisão da função de cuidar de um bebê e dos afazeres domésticos. Algo que não é tarefa exclusiva da mulher, como propaga a visão machista reproduzida pelas instituições sociais.

Como declarou o médico Dráuzio Varella, *"filhos pequenos são seres totalmente dependentes, mamam a cada três horas, sujam fraldas, esfolam os mamilos maternos, choram por qualquer necessidade e ainda custam caro"*.

Por isso, é necessário exigir do governo Lula que a lei de seis meses para a licença maternidade seja para todas as trabalhadoras, sem isenção fiscal e aplicada imediatamente.

LICENÇA-MATERNIDADE NO MUNDO

A Convenção da Proteção da Maternidade foi adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2000. Vários países já concedem licença superior aos quatro meses aplicados no Brasil

SALÁRIO MÍNIMO REACENDE PROTESTOS NO HAITI

DA REDAÇÃO

Apesar da forte mobilização popular e dos operários, o congresso do Haiti derrubou o reajuste do salário mínimo para 200 gourdes diários (equivalente a 4,76 dólares diários, ou 8,78 reais).

Mas a medida reacendeu os protestos no país e fez com que os trabalhadores entrassem em confronto direto com o governo de René Préval. Por duas semanas, operários da indústria têxtil e estudantes realizaram uma impressionante jornada de lutas pelo reajuste salarial. Os trabalhadores receberam um amplo apoio dos universitários do país. Juntos, marcharam e enfrentaram uma enorme repressão da Minustah (missão militar da ONU dirigida pelo Exército Brasileiro) e da Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Infelizmente, há um verdadeiro boicote da mídia sobre o que está se passando no Haiti. Uma medida consciente que visa proteger a política do governo Lula de manter soldados brasileiros na ocupação militar do país. Dessa forma, trabalhadores e jovens são mortos simplesmente porque lutam pelo aumento do salário mínimo mais baixo do continente.

EXPLOSÃO DOS PROTESTOS

As manifestações explodiram no dia 3 de agosto no parque industrial da região metropolitana de Porto Príncipe, capital do país. Nos dias posteriores, a adesão foi aumentando cada vez mais. Todas as fábricas têxteis da região foram paralisadas e os manifestantes marcharam em direção ao congresso (veja reportagem).

A cada dia o protesto se fortalecia. No dia 10, os operários se mobilizaram novamente no parque industrial, mas logo foram atacados pela PNH e a Minustah. Nesse dia, estudantes que estavam apoiando a mobilização e operários foram presos.

As prisões indignaram ainda mais os trabalhadores. No dia seguinte, uma nova mobilização foi realizada para exigir a libertação imediata dos detidos. No entanto, o protesto foi novamente reprimido e, ao chegar à base da PNH, os manifestantes foram

Trabalhadores e jovens são mortos por lutarem pelo aumento do salário mais baixo do continente

recebidos à bala pela polícia e a Minustah. Novas prisões foram realizadas.

A FAVOR DOS PATRÕES

Em maio deste ano, os deputados votaram um reajuste elevando o salário mínimo de 70 gourdes (1,66 dólar) para 200 gourdes. Desde então, os trabalhadores e seus aliados foram para as ruas exigir a publicação da lei no diário oficial e seu cumprimento.

Durante um protesto pelo reajuste nos dias 10 e 11 de junho, estudantes e trabalhadores sofreram uma selvagem repressão por parte das tropas da ONU e da polícia. Soldados invadiram a universidade do país e executaram dois estudantes.

Apesar da mobilização, o presidente vetou o salário de 200 gourdes. Sem nenhuma vergonha, os deputados recuaram e, no dia 4 de agosto, negaram o reajuste que eles mesmos haviam aprovado em maio. Como se não bastasse, os deputados reduziram o aumento para 150 gourdes (3,57 dólares, ou 6,58 reais por dia). Préval se utilizou de seu poder de "persuasão econômica" para "convencer" os deputados. Há inúmeras denúncias de compra de votos e corrupção para derrubar o salário de 200 gourdes.

Por outro lado, o novo valor proposto pelos deputados foi apresentado como um meio termo, uma vez que o governo se recusava a dar um reajuste maior do que 125 gourdes. Foi uma tentativa mal sucedida de impedir o confronto entre governo e trabalhadores.

"O presidente Préval não fez mais que reproduzir textualmente o que os maiores donos da indústria têxtil lhe tinham ordenado: diminuir ainda mais um salário que não ajudava já em quase nada para uma família sobreviver. E assim, em vez dos já miseráveis 200 gourdes, propôs 125", avalia a organização sindical popular Batay Ouvriye.

"UMA MULTIDÃO COM A CLASSE OPERÁRIA À FRENTE"

CONFIRA ABAIXO trechos de uma reportagem do Batay Ouvriye sobre as duas semanas de protestos no Haiti

Na manhã seguinte, no dia 4 de agosto, a partir de um acordo tomado durante a "sacudida" do dia anterior, bloqueou-se o parque industrial inteiro. Fomos, desde ali, fechar as demais fábricas que não se encontram na zona. Nesse dia, como num disparo rápido e forte, foram bloqueadas todas as fábricas têxteis da capital. Em um movimento de rara potência, nos dirigimos ao parlamento. Os operários tinham se esquecido da falta de dinheiro do dia a dia; as mães de família, da comida da casa... A manifestação era nada mais e nada menos do que uma massa enorme, compacta e, neste momento, inteiramente unida. As forças repressivas, completamente surpreendidas, não fizeram nada. Retrocediam, conversando por walkie-talkie, extremamente nervosas. Passamos pelos bairros populares mais próximos, aplaudidos com gritos exuberantes, pelo mercado principal, abaixo na orla do mar, onde as vendedoras distribuíam gratuitamente água aos manifestantes. Era então uma multidão nunca vista, com a classe operária à frente.

Nesse dia, a classe operária mostrou (talvez a ela mesma) seu poderio. Certamente ficarão impressões que a história de luta usará.

Chegavam os jornalistas, correndo. Chegavam outras pessoas atônitas, outros aterrorizados e gritavam "200 gourdes!". E, claro, chegou então a Minustah, acompanhada das forças especiais da polícia, dos gases lacrimogêneos e dos tiros. Nos dias seguintes, se repetiram os protestos. No quarto dia, os próprios burgueses fecharam as fábricas. Então, as forças repressivas entraram com mais determinação. Nós também. O confronto durou duas semanas, com muitos feridos, presos e outros escondidos.

Ao final da segunda semana, o movimento se esgotou. Em função do longo tempo dos protestos, não "havia mais trabalho". As mães, sobretudo, falavam dos filhos famintos... A repressão aumentava, assustava e atemorizava mais nos bairros populares, durante a noite. A imprensa burguesa criminalizava o movimento a todo vapor. Então, apelamos às organizações de bairro mais "populares". Para a segunda-feira, dia 17, planejou-se então uma última tentativa, unindo operários, estudantes, trabalhadores de todo tipo, junto com as massas populares dos bairros mobilizados.

No entanto, às cinco da manhã desse dia, formou-se um cerco repressivo, inclusive com helicóptero, que nunca tínhamos visto. Grupos de três pessoas nas ruas eram proibidos. Nossos amigos dos bairros (que sofreram ataques da Minustah em 2005, 2006 e 2007) não chegaram ao ponto de encontro. Soubemos depois que não puderam nem sair de suas casas.

Assim, a posição do presidente, ainda que abertamente ilegal, foi votada.

WWW.PSTU.ORG.BR

A Conlutas, em conjunto com outras entidades, está realizando uma campanha internacional de repúdio à repressão e de exigência da retirada imediata das tropas da ONU naquele país, encabeçadas pelas tropas brasileiras.
Baixe a moção no Portal e envie para os seguintes endereços:

Ministério das Relações Exteriores
celsoamorim@mre.gov.br
jmaia@mre.gov.br

Conlutas
secretaria@conlutas.org.br

LULA SELA ACORDÃO NO SENADO PARA SALVAR SARNEY

BANCADA DO PT sofre profundo desgaste para obedecer ao presidente

DA REDAÇÃO

Não foi Renan Calheiros (PMDB-AL) nem Fernando Collor (PTB-AL). Quem enterrou de vez os processos contra José Sarney (PMDB-AP) no Senado foi Lula. Partiu do Planalto a ordem para os senadores petistas no Conselho de Ética votarem a favor do arquivamento definitivo das denúncias contra o presidente da Casa.

O conselho negou, no último dia 19, o desarquivamento das 11 denúncias contra Sarney. Como prova do acordão entre a base aliada do governo e a oposição de direita, aprovou também o arquivamento definitivo da denúncia contra o senador tucano Arthur Virgilio, com os votos do próprio PMDB, o mesmo que protocolou a denúncia.

CRISE NO PT

A decisão de Lula provocou uma profunda crise na bancada petista. Vários senadores do partido no Conselho de Ética viviam um dilema. Não um problema ético, mas eleitoral, como a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), candidata ao governo de Santa Catarina, ou Delcídio Amaral (PT-MS), de olho no governo de Mato Grosso do Sul. O voto a favor de Sarney pode dificultar tais pretensões eleitorais.

O senador do Paraná Flávio Arns chegou a declarar sua saída do PT após se dizer "envergonhado" com o partido. O próprio líder da bancada, Aloizio Mercadante (PT-SP), candidato à reeleição, caiu em desgraça ao protagonizar várias manobras desastrosas para não ir contra o governo nem contra a opinião pública. Não conseguiu nem uma coisa nem outra. Sua ideia original era desarquivar pelo menos uma denúncia contra Sarney para não ficar tão mal perante os eleitores, mas nem isso Lula permitiu.

"Centralizado" e desautorizado pelo Planalto, Mercadante anunciou publicamente sua renúncia da liderança do partido em caráter "irrevogável". Horas depois, porém, voltou atrás e virou piada nacional. A imagem dos senadores petistas votando envergonhados a favor de Sarney no Conselho de Ética, fora do microfone e longe das câmeras, expressa o que é hoje o partido, que contabiliza ainda o enorme desgaste que a decisão trouxe.

O FUNDO DO POÇO É AINDA MAIS FUNDO

O acordão entre governo e oposição para tentar salvar a imagem do Senado foi escancarado. Sarney ainda está no posto, mas cada vez mais fragilizado. O desgaste da Casa cresce entre a população, assim como a percepção de que, entre governo e oposição, não há diferença.

Comprovando, porém, a falta de ligação entre o Senado e qualquer pressão ou reflexo da opinião pública, os senadores mostram não ter limites. Tramita uma proposta para limitar os poderes do Conselho de Ética, que perderia a possibilidade de cassar mandatos. Já o próprio Sarney defende a pura e simples extinção do conselho.

Os senadores se convencem a cada dia de que o Conselho de Ética só serve para atrapalhar. A mesma opinião que a população tem tido sobre o Senado.

ACORDÃO NÃO ACABA COM O "FORA SARNEY"

COMITÊS COMEÇAM A SE REUNIR para organizar a continuidade do movimento

Lula tem o poder de salvar o presidente do Senado, mas não pode enterrar o movimento pelo "Fora Sarney". No último dia 22, sábado, centenas de pessoas foram às ruas nas principais capitais para exigir a saída do peemedebista. As manifestações, convocadas espontaneamente pela internet, mostram a indignação com a corrupção e a impunidade no Senado.

Na capital paulista, cerca de 500 pessoas se reuniram no vão do Masp. "El, el, el, abaixo o coronel" e "Sarney, ladrão, devolve o Maranhão" eram algumas das palavras de ordem cantadas pelos manifestantes, recebendo grande apoio das pessoas na rua.

Enquanto a UNE defende o governo e Sarney, a recém-fundada Anel tem buscado multiplicar as manifestações entre os estudantes. Nesta semana, estão programados diversos atos pelo "Fora Sarney". Estão sendo organizados comitês de entidades de movimentos sindicais, sociais e populares a fim de impulsionar a campanha.

As primeiras reuniões começaram já no dia 24, como o encontro de São Paulo, realizado na sede da Pastoral Operária. Além de impulsionar as manifestações, os comitês devem garantir a organização e continuidade do movimento.

WWW.PSTU.ORG.BR
Acompanhe a cobertura das manifestações do "Fora Sarney"